

O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFG E A CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Orenito Simão Borges Júnior

Érica Silva Rocha

Roselma Lucchese

Ivânia Vera

Paulo Alexandre de Castro

(UFG - Universidade Federal de Goiás)

Resumo

Depois da interiorização, veio o processo de expansão na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC), que proporcionou a criação de novos cursos e o aumentando do número de vagas. Para analisar o indicador desses processos, desenvolveu-se esta pesquisa em linha descritiva exploratória, para compreender a condição sob a qual se fundamenta a interiorização no ensino superior em Goiás. Apesar do ensino superior em Goiás continuar centralizado, o acesso a alunos de cidades/regiões distantes, ainda existe. Destaca-se a importância da criação do curso de graduação em enfermagem para este processo, por contribuir com o desenvolvimento regional e melhoria dos indicadores sociais, apesar de encontrar em sua criação vários desafios que são intrínsecos ao processo.

Palavras-chave: Educação Superior; Interiorização; Políticas Públicas

Abstract

The process of internalization of the UFG and the contribution of the Undergraduate Nursing

After interiorization, came the expansion process at the Federal University of Goiás / Regional Catalão (UFG / RC), which led to the creation of new courses and increasing the number of vacancies. To analyze indicators of these processes, this research was developed in exploratory descriptive line, to understand the condition under which it is based internalization in higher education in Goiás. Despite the higher education in Goiás continue centralized access to students from cities / distant regions, still exists. The study highlights the importance of setting up undergraduate course in nursing for this process, to contribute to regional development and improving social indicators, despite finding in its creation several challenges that are intrinsic to the process.

Keywords: Education Higher; Decentralization; Public Policies

Introdução

As universidades públicas no Brasil quando historicamente analisadas, foram

diversas vezes centro de reivindicações, exigindo a ampliação de vagas do governo e das elites civis (Mendonça & Araújo, 2008).

Desde a consolidação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB/96) verifica-se a preocupação do ensino superior atender apolítica de expansão, atenuando as desigualdades de oferta entre as regiões do país, na qual propõe a formação de diplomados em áreas de conhecimento distintas aptos para a inserção profissional e participação no desenvolvimento da sociedade brasileira (Brasil, 1996).

No entanto, observou-se que ocorreu no momento histórico pós LDB/96 um agudo crescimento numérico das Instituições de Ensino Superior (IES) na dimensão privada, num processo dinâmico de privatização e massificação, priorizando o acesso ao ensino superior a uma determinada classe social (Dourado, 2002). Concomitante a uma distribuição não igualitária das IES no país, na qual se destacaram a Região Sudeste, Sul e Nordeste, evidenciando ainda uma relativa estagnação do setor público, seja em instâncias Federais ou Estaduais em aumentar seus investimentos na ampliação (Martins, 2000).

Em 2001, outro panorama políticoem poder propôs novos objetivos

em relação a ensino superior, de modo a priorizar o processo de expansão pelo Brasil por meio do Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento instituiu diretrizes que complementares às necessidades e metas a serem alcançadas do ensino no país, estabelecia que o ensino superiorprogredisse de forma a atender às peculiaridades e necessidades de sua clientela ao nível locoregional, visando à redução de desigualdades de oferta e inclusão ainda pouco efetiva e não respondente à demanda nacional (Brasil, 2001).

Anos depois o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007, permitiu um expressivo aumento de campis em todo país e fortalecimento de universidades federais, propondo um salto de 45 para 59 universidades federais, ampliação de 31%; e também aumento de 148 campis para 274 campis/unidades. O objetivo de interiorização foi reconhecido governamentalmente por propiciar uma elevação no número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, crescimento de 138% (Brasil, 2012).

Abarcados então por esta nova realidade e propostas de expansão acontecendo em todo país, aliado a uma

nova conjuntura política que se instaurava, a Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC) em 2006 propôs o seu Projeto de Expansão, propondo ao Ministério o aumento do número de vagas e de cursos da instituição, estabelecendo entre eles a criação de um Curso de Graduação em Enfermagem (Brasil, 2006).

De modo que o processo de expansão não só desta unidade, mas de várias outras universidades brasileiras depararam-se então com outros embates pós sua implementação, como a criação de iniciativas efetivas para enraizar a qualidade do ensino superior nos processos sociais, políticos e culturais destes novos ambientes. Assim, os processos de expansão e as expectativas da ampla democratização do acesso contaram com uma nova questão dicotômica norteadora de seus ideais: estariam sendo criados centros para transformação do saber científico ou apenas entendendo tal oportunidade como melhoria da mão de obra para o sistema produtivo (Silva & Ourique, 2012).

Logo, mesmo o processo de interiorização das instituições de ensino superior tendo a intencionalidade em proporcionar condições para a expansão do

ensino às áreas mais insípidas do país melhorando a educação, verifica-se que tais ideais para o seu desenvolvimento vêm acrescido de fortes impulsos socioeconômicos, sendo então percebido como uma estratégia para a ampliação de recursos possibilidades para a evolução da sociedade local regional (Severino, 2009).

Deste modo, impulsionados pelo ideal de que as avaliações de políticas públicas são necessárias para reverter um vazio na discussão e produção de conhecimento sobre o ensino superior brasileiro (Tavares, Oliveira & Seiffert, 2011), objetiva-se com este estudo expor a condição sob a qual se fundamenta a interiorização de maneira prática na UFG/RC. Além de conduzir uma breve análise da entrada do curso de graduação em enfermagem como propulsor desta interiorização.

Uma vez que curso de enfermagem fundamenta-se densamente nas doutrinas e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), fonte inspiradora e fundamentadora do fortalecimento do Município, para agir na gestão em saúde, corroborando com o princípio de descentralização e resolubilidade proposto pelo SUS (Brasil, 2011).

A partir da instauração de um grupo de pesquisa em dezembro de 2009, instigado a estudar os processos de mudanças político-

Metodologia

gerenciais no contexto da UFG/RC, obteve-se um projeto que se delineava com grande amplitude e com etapas sequenciais e dinâmicas, que originou este trabalho como resultante de uma de suas etapas.

Neste sentido, esse trabalho foi executado sob a linha de pesquisa descritiva exploratória influenciada diretamente pela triangulação de métodos (Minayo, Assis & Souza, 2005). A coleta de dados foi executada por meio de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar as questões referentes à ordenação territorial no processo de expansão dos Cursos de Graduação e os desdobramentos das políticas públicas a eles vinculadas e análise documental da própria universidade e do departamento de enfermagem da UFG/RC que corroborassem para tal.

As entrevistas foram realizadas com nove gestores da RC, utilizando com critério de inclusão aqueles que ocupavam cargos de gestão durante o processo de formulação e implantação da expansão do campus da Regional Catalão da UFG. Foram esclarecidos quanto ao objetivo da pesquisa, caráter sigiloso das respostas, bem como os riscos e benefícios

envolvidos e convidados a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os participantes foram orientados quanto a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa, sem ônus ou prejuízo financeiro.

Sequencialmente, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, modalidade temática, especificamente às fases de pré-análise e seleção das unidades de registro codificadas em conforme diálogo de gestor (G1 a G9), utilizando dados quanti-qualitativos para embasamento e discussão. Para posterior categorização acatando aos requisitos do método qualitativo, na tentativa de garantir a representatividade e diversidade de posições dos grupos sociais que formam o universo abordado (Bardin, 2009).

Esta pesquisa foi aprovada pelas instâncias do Conselho Departamental, Conselho Diretor do Campus Catalão e Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (COEP), protocoladas sob nº27/2009 e tendo como preceitos orientadores a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisa envolvendo seres humanos.

A Interiorização como questão prática na UFG/RC

Resultados

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, propõe o conceito de ordenação territorial que norteia a interiorização para o ensino superior. Neste propósito o princípio de ordenação é definido então, como o acesso de ensino de qualidade às regiões mais remotas do país (Brasil, 2007). Logo, baseando-se nesta concepção, verifica-se a dualidade no modo de pensar a interiorização no processo de expansão da educação superior federal em Goiás.

Em primeira instância, as entrevistas demonstraram que a educação

superior federal ainda é conceituada como centralizada, uma vez que não acata integralmente os preceitos de interiorização:

A realidade de Goiás tem o ensino público federal concentrado na capital, o que é uma realidade mesmo de centralização. G3.

Tal realidade pode ser evidenciada através da evolução do número de matrículas por local da unidade acadêmica, em modalidade presencial mostradas na tabela 1.

Tabela 1: Evolução de matrículas na graduação, por local da unidade acadêmica.

Ano	Total	Capital		Interior	
		n	%	N	%
1995	9716	8206	84,46	1510	15,54
1996	10144	8374	82,55	1770	17,45
1997	10080	8164	80,99	1916	19,01
1998	10795	8642	80,06	2153	19,94
1999	11713	9317	79,54	2396	20,46
2000	12324	9788	79,42	2536	20,58
2001	12857	10203	79,36	2654	20,64
2002	13012	10307	79,21	2705	20,79
2003	13180	10247	77,75	2933	22,25
2004	13273	10297	77,58	2976	22,42
2005	12912	9998	77,43	2914	22,57
2006	13575	10378	76,45	3197	23,55
2007	13655	10214	74,80	3441	25,20
2008	14124	10395	73,60	3729	26,40
2009	16233	11854	73,02	4379	26,98

Fonte: UFG, 2010, p.62.

Na qual se evidencia a maior concentração de alunos na capital do Estado, desde 1995 até o ano de 2009, e demonstra-se que apesar da gradativa diminuição da disparidade, o processo de

expansão apresentado até a data não conseguiu igualar as proporções (capital/interior), ainda mais se for considerar que a universidade em 2009

possuía ainda 2 campi localizados na capital e em 4 campi no interior do estado.

Contudo, deve-se ponderar que se individualmente analisadas, a macrorregião e densidade demográfica atendida pela capital é maior que os campi interioranos. Porém verifica-se que a ordenação territorial não prevê o raio de influência de uma Universidade, tendo por base a macrorregião em que esta se insere, mas a possibilidade de acesso à educação superior de forma igualitária (Brasil, 2007, p.9). Ratifica-se desta maneira, que a educação superior ainda não proporciona acessibilidade às regiões mais longínquas da capital de Goiás.

Em segunda instância, sob outra vertente, ao fazer uma rápida análise sobre

a naturalidade dos alunos que compõem os cursos de graduação em unidades interioranas, podemos verificar que são oriundos de diversas áreas geográficas, como o exemplificado pelos gestores:

Antes nós tínhamos alunos de vinte e duas, vinte e quatro cidades, com a ampliação nós temos alunos de nove estados diferentes. Nós paramos de contar cidades e passamos a contar estados. G8.

Um dos achados característicos de tal afirmação pode ser visualizado analisando a nacionalidade dos alunos matriculados no Curso de Graduação em Enfermagem, como demonstradas na tabela 2.

Tabela 2: Alunos matriculados no curso de graduação em enfermagem UFG/RC, segundo dada e cidade de origem.

2009			2010			2011		
Cidade	UF	Alunos	Cidade	UF	Alunos	Cidade	UF	Alunos
Buriti Alegre	GO	01	Caldas Novas	GO	04	Anhanguera	GO	01
Caldas Novas	GO	01	Catalão	GO	18	Caldas Novas	GO	05
Catalão	GO	16	Cumari	GO	01	Campo Alegre de Goiás	GO	01
Cumari	GO	01	Domiciano Ribeiro	GO	01	Catalão	GO	17
Formosa	GO	02	Goiandira	GO	01	Cumari	GO	01
Goiânia	GO	04	Goiânia	GO	04	Goiandira	GO	01
Inhumas	GO	01	Ipameri	GO	01	Goiânia	GO	02
Ipameri	GO	05	Itaberaí	GO	01	Ipameri	GO	02
Jaraguá	GO	01	Jaciara	MT	01	Itaberaí	GO	01
Luís Eduardo Magalhães	BA	01	Morrinhos	GO	01	Nova Aurora	GO	01
Morrinhos	GO	02	Orizona	GO	01	Paracatu	MG	01
Piracanjuba	GO	01	Pires do Rio	GO	02	Pires do Rio	GO	03
Pires do Rio	GO	03	Rio de Janeiro	RJ	01	Três Ranchos	GO	02
Santa Maria da Vitória	BA	01	Sobradinho	DF	01	Xinguara	PA	01
			Trindade	GO	01			
Total		40	Total		39	Total		39

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tal argumento confirma o princípio de ordenação territorial, pois permite

inferir que mesmo com pouco tempo, três anos de existência, os alunos vieram de

sete unidades federativas distintas (Goiás, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pará) para compor o curso de graduação. Demonstrando que mesmo que não haja locais para o ensino superior em toda extensão do estado, as vagas oferecidas são ocupadas por alunos de diversa naturalidade, proporcionando acessibilidade às regiões mais longínquas da capital desde que haja o deslocamento do aluno.

Outro fato concordante com princípio de ordenação sob esta perspectiva é deflagrada pelo aumento do interesse da população em ingressar na UFG/RC por meio do vestibular.

As inscrições ao vestibular tinham um número bem reduzido, hoje nós estamos aí com 2.600 candidatos concorrendo a diversos cursos.G1.

Sobre tal afirmação em protocolos da própria UFG, verifica-se que realmente no ano de 2004, momento anterior ao processo de expansão, 3.595 alunos se inscreveram no vestibular, para as unidades acadêmicas localizadas do interior. Valor que demonstrou aumento de aproximadamente 71% se comparado ao ano de 2009, momento em que houve 6.147 alunos inscritos no vestibular (UFG, 2010).Vislumbrando assim, aumento da

procura populacional mesmo da população circunvizinha aos campi, que pode ser explicado que consequente com o aumento de cursos, despertou-se o maior interesse da população em ingressar no interior.

Já mudou a realidade, já temos um número grande de pessoas da região e de pessoas de fora da nossa região, o que acho que é a maior prova dessa descentralização. G4.

Contudo, a oportunidade de interiorizar o ensino superior pode ser encarada como uma atitude de política de Governo, preocupada com índices que não recebem assistência há tempos, como é o caso das Instituições de Ensino Superior Federais (IFES).

Esse governo habilidosamente pega um quadro de Universidades Federais sucateados, professores absolutamente desmotivados e enxerga na educação uma oportunidade! Pode não se tratar de uma questão educacional da sociedade brasileira, mas sim de oportunismo político.G8.

Neste contexto, as políticas públicas de democratização da educação superior devem ir além de ações focadas no aumento quantitativo de matrículas e inclusão social.

Os investimentos nos últimos anos apesar de que tenham sido aumentados, ainda são poucos diante da necessidade, diante da demanda, diante do que é preciso pra fazer cursos de boa qualidade. Não estou dizendo com isso que os cursos são ruins, não é isso, mas eles precisam ser melhorados.G5.

Almejar a democratização requer melhorias e ampliações com vistas à qualidade e quantidade, da educação fundamental à formação superior, além de assegurar a permanência de estudantes nos cursos, a progressão da formação continuada de professores, a infraestrutura do sistema educacional, todos estes com a efetiva participação do Estado (Dias Sobrinho, 2010).

A entrada do curso de graduação em enfermagem como propulsor da interiorização

Dentre as expansões ocorridas da IFES da Região Centro-Oeste, teve-se a instalação do Curso de Graduação em Enfermagem na UFG/RC, que se fundamenta densamente nas doutrinas e princípios do SUS (Brasil, 2006).

A Graduação em Enfermagem favorece a redistribuição das responsabilidades às ações e serviços de saúde, principalmente ao nível municipal, capacitando o serviço a desenvolver

resoluções aos problemas de impacto coletivo e exigências dos usuários do serviço, de acordo com as possibilidades locais (Brasil, 1990). Com vistas a atender anseios políticos e sociais da comunidade catalana, principalmente impulsionados pelas necessidades de saúde da comunidade.

A graduação em enfermagem surgiu de um anseio muito grande da população e também da necessidade de que tivéssemos profissionais realmente preparados na área da saúde para atender a população.G2.

Logo, quando se pratica a interiorização de um Curso com perspectivas tão amplas, desafia-se o indivíduo a buscar respostas inovadoras às indigências da região, uma vez que os estudantes se inserem na problemática local, realizam o diagnóstico situacional, e propõem soluções condizentes às necessidades reais, atenuando os obstáculos estruturais e conjunturais impostos.

O Curso de Enfermagem é um curso de forma profissional que devem ter uma leitura crítica, uma leitura política da sociedade onde eles estão inseridos, tanto de Brasil quanto de mundo e também local pra pensar essa realidade e daí construir as políticas locais,

considerando as especificidades de onde eles estiverem.G3.

Evidencia-se também que a entrada do curso de enfermagem ocorre devido à necessidade desses profissionais na cidade, apesar da atual desvalorização e dificuldades que esta profissão apresenta.

Pensando tanto politicamente quanto nos interesses da comunidade, era importante e relevante trazer o curso de enfermagem pra essa região, pois é um profissional que se apresentava ainda com escassez tanto na cidade quanto na região. G3.

O que induz a pensar que a influência do curso de enfermagem na região, apesar da realidade adversa, pode ser uma alternativa minimizadora das problemáticas municipais da saúde, visto que o retorno desta com a comunidade não se limita apenas à educação.

O enfermeiro, o profissional ético, vai ser uma grande pessoa com os olhos voltados pros mais necessitados. É preciso da gente fazer esse caminho, não enfermeiros de gabinete, tem que ser um enfermeiro que envolve com a população, que envolve com a sociedade. G1

Contudo existem diversas dúvidas quanto à consolidação de cursos criados na

expansão, uma vez que não houvera avanços significativos na ampliação da infraestrutura, quadro de professores, materiais, investimentos e a própria visão do profissional de enfermagem, o que implica em possíveis comprometimentos nas tomadas de decisões sobre o processo de consolidação (De Paula, Lucchese, Vera, Fernandes& Fernandes, 2013).

Então o dinheiro que veio não foi bem calculado, não foi bem distribuído, e hoje nós temos vários cursos que foram criados, trabalhando de forma precária. Conseqüentemente, o aluno vai ser bem atendido na teoria, mais ele vai sair com deficiência na parte experimental. E a parte experimental em alguns cursos é fundamental para o perfil do para o profissional que está saindo... G4.

Discussões

A interiorização no processo de expansão da UFG/R não é efetiva, mas garante acesso a alunos de áreas longínquas do estado, que tendem a se desprender do local de origem para ter acesso a um ensino superior público federal em Goiás.

A interiorização parcialmente alcançada propicia exclusão de um grupo de pessoas com condições desfavoráveis ao deslocamento. O fato de excluir indivíduos a qualquer etapa

educacional é bastante negativo, uma vez que priva as bases cognitivas, sociais e axiológicas necessárias para construir significativamente uma sociedade contemporânea humanizada (Dias Sobrinho, 2010).

Deste modo, oportunizar vagas a estes estudantes garante o compromisso do ensino superior como construtor da cidadania no âmbito pessoal e democrático em relação à sociedade do ingressante, de forma tal que nenhum ser humano seja rebaixado no exercício do seu trabalho, fique oprimido em suas relações sociais ou no exercício de sua sociabilidade (Severino, 2008). Além de que o progresso necessita intimamente da educação, pois é por meio desta que transforma o capital cultural em capital econômico (Saavedra, 2004).

Contudo, o sistema de ensino é componente histórico partícipe da conjuntura política, social e econômica, de um país, atrelado à economia, política e a sociedade, que no Brasil é ainda um movimento carregado de ufanismo e bairrismo (Mendonça & Araújo, 2008). Contudo, em uma sociedade que se consolidou historicamente com intensas assimetrias, não alcançam plenamente em escasso tempo tais propósitos (Dias Sobrinho, 2010). Logo, se não há continuação do investimento nestas áreas, não se resolve a

problemática de forma efetiva, apenas a ameniza momentaneamente.

Certamente o processo de interiorização tem a intencionalidade em proporcionar além de questões sociais, condições para o desenvolvimento socioeconômico das cidades do interior e região. Sendo então percebida uma estratégia para a ampliação de recursos possibilidades para a evolução da sociedade loco regional (Silva, 2009).

A adição do curso de enfermagem em áreas distantes apoia o conceito de interiorização, e contribui para minimização das contradições entre as políticas de formação, educação em saúde e as necessidades do sistema público. Uma vez que diminuem o afastamento do estudante com a realidade local interiorana, tal como o baixo financiamento público, obstáculo estrutural e conjuntural que dificulta a efetivação plena dos princípios da Reforma Sanitária Brasileira (Silva, 2011).

A expansão de cursos, sobretudo na área da saúde contribui para um novo modelo de pensar a formação universitária, e reflete no desenvolvimento de competências específicas para a atuação profissional na capacidade de avaliar, criticar, interagir, integrar e reformulação das práticas profissionais considerando a diversidade dos indivíduos e coletividades

de acordo com a realidade encontrada (Guimarães, 2010).

Além de que a consciência criada no profissional enfermeiro com relação ao método de sistematização da assistência aprova a interiorização enquanto processo para a educação em permanente em saúde (Servo, 2006).

Considerações Finais

Em Goiás, particularmente, mesmo com a instauração de novos programas, a realidade ainda não condiz com a ordenação territorial, por priorizar o ensino superior na capital do estado. Contudo, os campi interioranos, apesar de possuírem uma menor parcela do número de matrículas e Cursos em seu contexto, atendem aos anseios de uma comunidade local e também de uma população com diversas origens territoriais.

As discussões acerca da escolha e implantação do Curso de Enfermagem na

UFG/RC fomentam o processo de interiorização do ensino superior, uma das premissas do desenvolvimento regional e consequente melhoria dos níveis de indicadores sociais. Apesar de se basear amplamente à forte influência da perspectiva mercantil sobre o ensino superior, pouco se preocupando com a de cidadãos pensantes e transformadores da realidade local que ocorre.

Entretanto, enfatiza-se que estudos como estes devem continuar a serem realizados devido à necessidade de avaliar e acompanhar o desenvolvimento das reações das políticas implantadas. Logo, este estudo, não é concluinte do processo de avaliação por delongar os efeitos destes programas em uma realidade local, necessitando reavaliar também as consequências de outros campi e universidades criadas.

Referências

Bardin L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil. (1996). Ministério da Educação e Desportos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*.

Brasil. (2001). Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). *Plano nacional de educação: subsídios para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Informe de resultados comparativos do SAEB 1995, 1997 e 1999.*

Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Programa de Expansão: Projeto de Grande Vulto. Campus Catalão, Catalão - GO.*

Brasil. (2007). Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). *O plano nacional de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Ministério da Educação.*

Brasil. (2011). Conselho Nacional De Educação. *Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001.* Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Câmara de Educação Superior.

Brasil. (2012). Ministério da Educação (MEC). *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012.*

De Paula N., Lucchese R., Vera I., Fernandes C. N. S. & Fernandes I. L. (2013). Concepção do curso de graduação em enfermagem em tempos de expansão das universidades federais. *Perspectivas em Psicologia*, 17(2), p. 83-101.

Dias Sobrinho J. D. (2010). Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*, 31 (113), p. 1223-1245.

Dourado L. F. (2002). Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação e Sociedade*, 23 (80), p. 234-252.

Martins C. B. O. (2000). Ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em perspectiva*, 14 (1), p.41-60.

- Mendonça Z. G. C. & Araújo J. C. S. (2008). A Universidade Federal de Goiás (UFG) como promotora da expansão e da interiorização do ensino superior. [online] In: *Anais da VIII Jornada do HISTEDBR. VIII Jornada do HISTEDBR 2008*, Campinas -SP, v. único, p. 01-21.
- Minayo M. C. S., Assis S. G. & Souza E. R. (2005). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; p. 244.
- Severino A. J. (2009). Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação*, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul.
- Silva J. P. & Ourique M. L. H. (2012). A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, v. 93, n. 233, p. 215-230, jan./abr.
- Tavares M. G. M., Oliveira M. A. A. & Seiffert O. M. L. B. (2011). Avaliação da educação superior na revista ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: ênfase e tendências. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 19, n. 71, p. 233-258.
- Universidade Federal de Goiás (UFG). (2010). Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos PRODIRH. *UFG em números. Catálogos UFG em número – 2010*.

Os autores:

Orenito Simão Borges Júnior é graduando em Farmácia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – Goiás, e.mail: orenitojunior@hotmail.com

Érica Silva Rocha é graduada em Enfermagem, pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão – Goiás, e.mail: erica.enf.esr@gmail.com

Roselma Lucchese possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Fundação Educacional de Fernandópolis (1988), mestrado em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão; orientador de Iniciação Científica e Docente do Curso de Pós-Graduação Nível Mestrado Profissional em Gestão Organizacional, líder do Grupo de Pesquisa GENCSE, e.mail: roselmalucchese@hotmail.com

Ivânia Vera possui graduação em Enfermagem pela Fundação Educacional de Fernandópolis/FEF (1996). Mestrado em Medicina (Ciências Nefrológicas) pela Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP/EPM (2002). Doutorado em Enfermagem, ênfase Saúde do Idoso (FEN/UFG, 2013). Docente na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG/RC). Atuação nos Projetos de Pesquisa e Extensão na temática do

PAULO ALEXANDRE DE CASTRO, ORENITO SIMÃO BORGES JÚNIOR, ÉRICA SILVA ROCHA,
ROSELMA LUCCHESI, IVÂNIA VERA

Idoso. Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Pesquisa: Gestão, Ensino e Cuidado em Saúde e Enfermagem - (GENCSE). e.mail: ivaniavera@gmail.com

Paulo Alexandre de Castro possui graduação em Física (Bacharelado), pela Universidade Estadual de Maringá (1999), mestrado em Física Básica - Mecânica Estatística (2002) e doutorado em Física Básica - Mecânica Estatística (2007) pela Universidade de São Paulo; pós doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Participou do projeto, de colaboração bilateral entre Brasil e Portugal financiado pelas agências de fomento CNPq e Grices (Portugal) Atualmente é Professor Efetivo (Adjunto III) do Departamento de Física da Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão (UFG/CAC), e.mail: padecastro@gmail.com